

CUIDAR O SENSÍVEL: ÉTICA DA REPORTAGEM E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Carla Baptista¹

I. Introdução: jornalismo cosmopolita, precisa-se

No dia 10 de Agosto de 2020, a TSF entrevistou Katerinna Droja, identificada como “jornalista e activista bielorrusa”, organizadora de uma manifestação em Lisboa contra a repressão dos protestos na capital daquele país, Minsk, após o anúncio da vitória eleitoral do presidente Alexander Lukaschenko². O exercício simultâneo do jornalismo e do ativismo político não é habitualmente assumido na Europa ocidental e nos Estados Unidos, e coloca-nos perante o desafio de compreendermos a ética jornalística numa perspetiva global. Silvio Waisbord (2013) conta a perplexidade que sentiu quando, durante um ano sabático, foi trabalhar em ações de formação com jornalistas africanos, latino americanos e asiáticos. Fosse no Bangladesh, na Tanzânia ou no Perú, ouvia os mesmos lamentos sobre a precariedade laboral, a dependências das fontes oficiais e o pendor “estático” das notícias. Mas as visões sobre a missão social do jornalismo e a sua orientação ética divergiam bastante. A

1. Carla Baptista nasceu em Angola, em 1969. É docente no departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), jornalista freelancer e investigadora no ICNOVA, centro de investigação da NOVA FCSH. É especialista em história do jornalismo em Portugal, sendo autora dos seguintes livros: *Portugal-Angola, Olhares Trocados* (Minerva Coimbra: 2002); *Jornalistas, do Ofício à Profissão* (Caminho:2007); *Memórias Vivas do Jornalismo* (Caminho: 2009); *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses* (Escritório: 2011); *América, the Beautiful* (2016, Organização), Tinta da China: Lisboa; *A Crise no Jornalismo em Portugal* (Organização de José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil, 2017). Deriva Editores: Lisboa.

Ver CV académico completo em Ciência Vitae (<https://www.cienciavitae.pt/FF1B-13F5-CE58>) e ORCID (<https://orcid.org/0000-0002-8188-3567>)

2. <https://www.tsf.pt/mundo/jornalista-e-ativista-bielorrussa-organiza-manifestacao-em-lisboa-12510844.html>

liberalização económica e política não impede que jornalistas trabalhando em meios públicos na Argentina, Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela fomentem um tipo de jornalismo “militante”, que se legitima como lugar de resistência às agências noticiosas mundiais e aos grandes jornais internacionais, tradicionalmente adversos e confrontativos em relação aos poderes locais.

A globalização e a consolidação de organizações jornalísticas internacionais contribuíram para exportar códigos éticos com alcance mundial e sedimentar uma constelação de práticas e valores que académicos, jornalistas e públicos reconhecem como “profissionalismo jornalístico”. Esta construção cultural, historicamente atravessada por muitas especificidades, traduz uma forma de pensar e agir que jornalistas em todo o mundo protegem, valorizam e reproduzem. Inclui uma dimensão ética, na medida em que assegura regularidade e consistência a decisões morais que os jornalistas tomam no âmbito profissional. É tipicamente orientada pela crença numa conduta objetiva que assegure a produção e a disseminação de informação relevante, baseada em factos comprovados de forma independente, aplicando disciplinadamente métodos de verificação e ouvindo uma pluralidade de fontes e pontos de vista.

A complexidade da experiência humana moderna, sujeita à pressão de compreender e responder a desafios globais (políticos, migratórios, ambientais, tecnológicos) obriga a repensar e a expandir os princípios fundadores das formulações ideológicas que orientaram a conduta dos jornalistas no passado. Autores como Stephen Ward (2010) alertam para a necessidade de o jornalismo ultrapassar as limitações ditadas por uma visão paroquial e nacionalista, e integrar as novas responsabilidades geradas pela paisagem digital, onde as mensagens circulam globalmente de forma instantânea e são apropriadas por comunidades com uma grande diversidade política, étnica e religiosa. O “relato do mundo” que emerge deste contexto deve refletir a diferença e incorporar uma perspetiva internacional. Uma forma de incrementar o cosmopolitismo do jornalismo é elevar a fasquia relativa ao interesse público da seleção noticiosa. Os públicos servidos pelo jornalismo

são frequentemente limitados por visões estratégicas sugeridas por “parcialidades”: a região, o país, a classe social. Uma ética global dos media propõe a ativação de uma esfera cívica crítica capaz de pensar, idealmente, os públicos como cidadãos de um mundo interligado e interdependente.

A existência de uma cultura jornalística global, construída por via da expansão dos sistemas mediáticos que acompanham o capitalismo financeiro e a democratização política, não significa que o jornalismo seja igual em todo o mundo. Analisando as transformações do jornalismo após a dissolução da União Soviética, em 1991, Smaele (1999) notou a existência de um sistema mediático russo “indígena”. Permanecem visões culturais sobre o papel do jornalismo na sociedade herdadas do anterior regime e da teoria autoritária, tal como definida no estudo seminal de Siebert et al (1956), segundo a qual os jornalistas são vistos como publicistas e propagandistas servindo os interesses do estado (pós) socialista.

Estudos recentes sobre culturas jornalísticas comparadas (Hanitzsch et al., 2019) valorizam a dimensão plural dos “mundos do jornalismo” (título do livro e do projeto de investigação que lhe deu origem) em relação à visão hegemónica de uma forma de exercer a profissão. A comprovada partilha de um conjunto de valores orientadores básicos e normas profissionais não chega para fundar uma “tribo” jornalística homogénea. A dominância do modelo jornalístico americano, fomentada também pelo pensamento académico sobre o jornalismo, originou uma “transferência ideológica” problemática, na medida em que outros contextos culturais podem originar outras necessidades comunicativas.

Hänska-Ahy (2011), um investigador de origem iraniana, salienta a necessidade de estudarmos os “espaços intermédios” do jornalismo, ou seja, as práticas cultural e contextualmente situadas, por forma a captarmos as texturas de um universo simultaneamente local e global ou, como é o caso do jornalismo internacional, em deslocação permanente entre contextos e geografias. Este é um desafio intelectual necessário para compreendermos as contradições do jornalismo, mas também as do mundo contemporâneo.

Hänska-Ahy dá o exemplo do seu país natal, o Irão, onde um ecossistema mediático vibrante e uma sociedade civil dinâmica convivem com um estado teocrático e instituições autoritárias. Enquanto a blogosfera iraniana é uma das mais ativas do mundo, não se pode dizer que o jornalismo configure um “quarto poder”, ou sequer uma efetiva estrutura de vigilância e monitorização do poder.

As disrupções introduzidas pela digitalização romperam as continuidades entre culturas jornalísticas e as configurações institucionais que geravam modelos mediáticos. A relativa estabilidade dessas ligações tornou-se imprevisível. Os riscos da desinformação e da manipulação online fragilizaram as democracias e promovem projetos populistas e excludentes em contextos marcados pela abundância de recursos, incluindo a informação. Meios noticiosos funcionando em mercados competitivos abandonaram o antigo papel de “observador desinteressado” e contribuem para polarizar o debate político. A paisagem jornalística tornou-se tão porosa e fragmentada que dificilmente mobiliza a “fala comum” necessária para alavancar a cidadania. O processo de fixação de temas na agenda pública é hoje mais desordenado e competitivo. O jornalismo é um imenso campo participado por múltiplos atores, profundamente transformado nas suas dinâmicas, lógicas e orientações. Numa tentativa de definir o jornalismo profissional, Denis McQuail (1994) identificou três pontos-chave: não é um trabalho amador, desenvolve-se sem interferência externa, e pressupõe a regulação por pares. Estas três condições estão fragilizadas em grande parte do mundo.

A “liberalização selvagem” do setor dos media que aconteceu em vários estados pós-socialistas conduziu à captura de meios de comunicação social por oligarcas que servem os seus próprios interesses e suportam governos populistas. A excessiva concentração da propriedade dos media promovida pela orientação liberal da política europeia, conjugada com insuficientes instrumentos de regulação que assegurem transparência, provocam riscos elevados para o pluralismo mediático em 14 países, segundo o último

relatório do Media Pluralism Monitor (MPM 2020)³. Estes incluem estados pós-socialistas, como a Hungria, Bulgária, Albânia, Letónia, República Checa, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Lituânia, mas também democracias mediterrânicas, como a Grécia, ou nórdicas, como a Suécia. O relatório refere que a independência política dos media apresenta riscos elevados em 7 países (Bulgária, Hungria, Malta, Polónia, Roménia, Eslovénia e Turquia) e riscos médios em muitos outros, comprovando a tendência para a redução da autonomia editorial dos jornalistas para escrutinarem de forma independente o poder.

Os maiores riscos para a sustentabilidade do jornalismo, e o aumento do discurso do ódio e da desinformação, estão ligados à dominância das grandes plataformas tecnológicas, cujas lógicas de agregação e curadoria algorítmica de conteúdos escapam à regulação e comprometem direitos fundamentais, como o direito à informação e à privacidade. As plataformas digitais admitem, sancionam e organizam a distribuição de conteúdos segundo lógicas opacas cujo fim último é a monetização. O seu imenso poder de atribuição de visibilidade e relevância capturou todos: os utilizadores, as empresas de comunicação social e os partidos e instituições políticas. Em 2005, Neil Postman responsabilizava a televisão de massas por ter contaminado o discurso público com a meta-ideologia do entretenimento, transformando todos os temas, incluindo a tragédia, num pretexto para o desfrute sensorial: “As notícias deixaram de ser levadas a sério, estão ali para nos divertirem (...) o entretenimento tornou-se o formato natural de representação da experiência” (2005:76).

A televisão inventou a “cultura show business”, assente no “divertimento até à morte”⁴. As redes sociais, que hoje competem com a televisão enquanto canais prioritários de acesso à informação, criaram a “cultura-como-a-guerra” (LikeWar culture), na expressão de P. W. Singer e Emerson T. Brooking

3. <https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/67828/MPM2020PolicyReport.pdf?sequence=5&isAllowed=y>

4. O título do livro de Neil Postman é *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*.

(2018). A tendência para a “weaponization”⁵ das redes sociais transformou a internet num campo de batalha e promove uma disposição permanente para o conflito: “Quando estamos online, a nossa atenção é como uma terra em disputa”⁶ (2018, p.22). Desde a invenção do telégrafo que os media são o ponto focal de criação/irradiação das “notícias do dia” ou, nas palavras de Postman, da “conversa social”. Postman radicalizou o célebre aforismo de Marshall McLuhan – “o meio é a mensagem” – em “os media são as nossas metáforas. As nossas metáforas criam a nossa cultura.”⁷ (2005, p.56). A conexão entre a “física” dos media (a técnica) e a “metafísica” da cultura (a atividade simbólica de criação de sentidos coletivos) mergulha-nos, máquinas e homens, num ecossistema sensível onde todas as interações geram significados. Podemos não nos reconhecer (plenamente) na visão foucaultiana de que o “regime discursivo” é a força disciplinadora de enunciação da verdade, mas a vivência da aporia ética que marca a comunicação contemporânea reforça a crença de que uma teoria ética que identifique os problemas da comunicação do presente é um recurso fundamental para melhorar as práticas comunicativas e, por inerência, a qualidade da democracia.

A apresentação sumária deste quadro global complexo visa situar a prática jornalística num contexto de usos múltiplos e apropriações diversas que se compagina mal com a visão normativa da ética jornalística vertida nos códigos orientadores de conduta profissional. A primeira exigência para um jornalista que assume o compromisso ético com a sua profissão é conhecer a realidade do cenário heteróclito em que o jornalismo se exerce, reconhecer a sua natureza tensional e relacional, e identificar a racionalidade específica do conhecimento produzido pelo jornalismo. Essa escavação permite resgatar o “core” do profissionalismo jornalístico, que Daniel Hallin (1996) chama “uma ética de serviço público”. Mesmo num cenário intensamente disputado, esta pressupõe a preservação de traços distintivos: a capacidade

5. O título do livro de P. W. Singer e Emerson T. Brooking é *LikeWar: The Weaponization of Social Media*.

6. No original: “If you are online, your attention is like a piece of a contested territory.”

7. No original: “Our media are our metaphors. Our metaphors create the content of our culture.”

de resistir a intrusões externas desfiguradoras e de se manter como árbitro credível da informação.

II. Jornalismo e poder: uma relação sem envolvimento do público

Entre as muitas definições de democracia possíveis, Blumler e Coleman (2015) propõem uma que seja “sensível” às condições comunicativas necessárias para a existência da democracia. Chamam-lhe “communication sensitive” e concebem a democracia como um ideal coletivo de auto determinação. A democracia valoriza um tipo particular de performance e exige que os discursos públicos sejam orientados para a resolução dos problemas da comunidade. Uma prática comunicativa democrática promove uma cultura cívica que privilegia a informação verdadeira e reconhece a integração das diferenças políticas. Existem evidências de que essa cultura cívica, cada vez mais forjada através da partilha online de informação, está em transformação. Num relatório recente, Chadwick e Vaccari (2019) notaram uma inquietante predisposição dos utilizadores britânicos das redes sociais para partilharem conscientemente notícias políticas falsas. A cultura cívica online parece animada por uma “desconsideração intencional pela verdade”⁸, concluíram aqueles autores (2019:6). Pensar a democracia a partir do prisma da comunicação ajuda-nos a refletir sobre as responsabilidades do jornalismo no “catering” das necessidades de informação dos cidadãos.

Por causa da sua natureza disputada e aberta, a cultura política cívica precisa de factos, mas também de explicações. Blumler e Coleman (2015) mencionam a necessidade de os jornalistas manterem “framings alternativos” em jogo. Esta opção configura um jornalismo explicativo, que suplementa a apresentação de factos com interpretações. No hemisfério ocidental, as mudanças ocorridas na cultura jornalística após a década de 70 do século XX, conduziram genericamente a formas menos “cooperativas” e “complacentes” de cobertura dos acontecimentos políticos. Fink e Shudson (2014) referem que a visão partilhada pela maioria dos jornalistas políticos norte-americanos de que a política “era o que acontecia dentro do Congresso”

8. No original: “A wilful disregard for the truth.”

deu lugar a um escrutínio maior e a uma apetência pelo “escândalo político”. Enquanto o jornalismo de investigação cresceu modestamente, o maior aumento aconteceu no género que os autores designam por “jornalismo contextual”. Este é parecido com “uma ciência social do jornalismo”, mais focado em causas do que em acontecimentos e com maior ênfase na interpretação. Os autores notam as seguintes características: “As notícias tornaram-se mais críticas do poder; os jornalistas comportam-se de modo mais agressivo; as histórias noticiosas são mais longas (e presumivelmente mais profundas), menos centradas no governo e na política eleitoral, e mais contextuais”⁹ (2014:, p.5).

Através da análise de conteúdo de uma amostra representativa de histórias publicadas na primeira página de 3 jornais “sérios” (*New York Times*, *Washington Post*, e *Milwaukee Journal Sentinel*) entre 1955 e 2003, codificadas como “convencionais”, “contextuais”, “empatia social” e “investigativas”, Fink e Shudson constataram como as histórias contextuais quase suplantaram as histórias convencionais. Outro dado interessante é o aspeto residual de histórias visando criar empatia com temas ou atores habitualmente não presentes nas notícias, e a ainda mais exígua presença do jornalismo de investigação. Estes dados vão ao encontro de estudos anteriores, como o de Daniel Hallin (1994) sobre a orientação das notícias sobre política na televisão norte-americana. Hallin notou uma redução dos *soundbites* permitidos aos políticos durante as campanhas eleitorais e um aumento da “mediação” jornalística com o propósito de oferecer uma narrativa mais compacta e dramática. O enquadramento noticioso é orientado pelas metáforas de “jogo”, “guerra” ou “corrida de cavalos”, sem prejuízo, refere Hallin, de haver mais estrutura e tematização. Alterações no posicionamento do jornalista (mais interventivo) e na montagem televisiva contribuíram para esta dupla tendência: “As notícias televisivas desperdiçam menos tempo, têm menos silêncios e uma montagem mais dinâmica

9. No original: “News has grown more critical of established power; journalists have come to present themselves publicly as more aggressive; news stories have grown longer (and presumably deeper); news stories have grown less government and electoral politics centered; and news has grown more contextual.”

– e por isso mais tempo dedicado simultaneamente à “corrida de cavalos” e aos “assuntos”¹⁰ (1994, p.145).

O livro de Hallin – *We Keep America on Top of the World* – retira o título a um slogan promocional da CBS em 1985, com um sentido polissêmico que procurava captar a compressão de objetivos atribuídas ao jornalismo: um negócio que visa o lucro; uma profissão que serve o público produzindo informação sobre o mundo; um campo social que se relaciona estrategicamente com o poder. O jornalista, pressionado pelas tarefas específicas de cada uma destas missões, conclui Hallin, também é “um ideólogo político”.

Quer o processo de formação de opinião pública decorra segundo o modelo habermasiano de discussão racional conducente à escolha dos melhores argumentos; ou num cenário caótico de múltiplas vozes exprimindo paixões e emoções, mais do que expondo ideias, não é uma abstração desligada da estrutura de poder existente na sociedade. Por outras palavras, a esfera pública não se realiza em contextos de gritante desigualdade de recursos, materiais e simbólicos. Os media, enquanto instituições culturais, tendem a reproduzir as estruturas de poder. Ainda que este processo seja aberto, a investigação académica tem relevado um padrão mais ou menos global: o cariz adversarial depende mais do grau de conflito ou de consenso existente entre as elites políticas do que de qualquer força motriz imanente ao jornalismo. A evolução histórica da cultura jornalística tem procurado responder às ameaças que pesam sobre o jornalismo com um deslocamento agressivo do jornalista para o centro da história, fazendo equivaler o “display” de uma performance masculinizada com uma demonstração de força e poder.

Nesta evolução, a relação com os públicos foi a menos cuidada, incumprindo critérios aceitáveis de representatividade e diversidade. É por isso que sentimos tantas vezes a impressão desagradável de o jornalismo falhar o legado da história e o potencial de transformação social progressista e diálogo interclassista contido em alguns acontecimentos marcantes: guerras,

10. No original: “In the new TV news, there is less wasted motion, less silence, more rapid-fire editing – and thus more time devoted to *both* ‘horse race’ *and* ‘issues’.”

conflitos sociais, lutas cívicas, pandemias. A comercialização das notícias aumenta o seu grau de espetacularização, mas reduz a diversidade do conteúdo político. A esfera mediática é pouco permeável à miscigenação e pouco representativa, e a cobertura de temas relacionados com minorias e grupos marginalizados permanece residual em quantidade e problemática em qualidade. As chagas sociais resultantes de sociedades profundamente desiguais, racializadas e estigmatizadas, com indicadores decepcionantes ao nível da inclusão social de minorias, continuam a ser sujeitas a um tratamento jornalístico episódico e sem uma reflexão ética profunda.

Uma orientação ética para um jornalismo deliberativo passa por recuperar (e expandir) o adágio do dramaturgo Arthur Miller, que dizia que um bom jornal é aquele que “põe a nação a falar consigo mesma”. Na relação triádica entre jornalistas, poder e audiências, os públicos devem ocupar o centro, ao invés de serem imaginados como destino último de uma performance destinada a suscitar aclamação. O impulso deliberativo que o jornalismo pode instigar significa manter uma conversa informada prévia a uma ação ou a uma tomada de decisão. Existe uma distinção entre deliberação e mobilização. O exemplo da jornalista e ativista bielorrussa convocado no início deste texto ilustra a permeabilidade crescente entre os dois propósitos, mas a indistinção é uma fonte de ambiguidade para o jornalismo. As macro questões envolvidas numa atitude pró deliberativa parecem esmagadoras, mas devem figurar no horizonte diário do jornalista. Perguntar, como sugere Habermas, “quem somos e o que queremos ser?”, sinaliza um fértil campo de trabalho para jornalistas eticamente posicionados, forçando ao reconhecimento de diferenças e comunalidade entre públicos plurais. Sugere que as ideias, valores e emoções que afetam a nossa experiência e juízo sobre o mundo sejam integradas de forma consciente na prática jornalística.

Para Tocqueville, o jornal devia “falar brevemente todos os dias sobre o bem comum, sem distrair dos assuntos privados”, vendo nesse *digest* regular de informação a condição necessária para a própria existência do conceito de “bem comum”. Gandhi, um prolixo editorialista e repórter entre 1904 e 1914, escreveu na autobiografia: “Acredito que uma luta que depende

sobretudo da força interior não pode ser inteiramente realizada sem um jornal”¹¹ (citado por Romano, A., 2010, p.32). Quando Gandhi foi assassinado, em 30 de janeiro de 1948, o então Primeiro-Ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, anunciou a sua morte nos seguintes termos: “Foi-se a luz das nossas vidas.” É uma frase simples que metaforiza o poder deliberativo do jornalismo: acende luzes dentro de nós que ajudam a guiar o caminho, mas não se substitui aos indivíduos na tomada de decisões.

Numa sociedade democrática, o jornalismo é apenas uma das forças que suportam o agonístico processo deliberativo, mas a sua supressão tem consequências devastadoras para a democracia. Dzur sugere que seja encarado como o “plug” que preenche os espaços sociais esvaziados ou debilitados de potencial deliberativo. A missão deliberativa implica que os jornalistas sejam os verificadores de um conjunto de valores: “a *racionalidade*, assegurando que as ideias e políticas significativas estão a ser incluídas; a *transparência*, denunciando as tentativas de manipulação da opinião pública; a *inclusão* e a *justiça*, investigando as barreiras e as desigualdades que comprometem a participação”¹² (2008, p.168, citado por Romano, 2010, p.33).

III. Cuidar o sensível: a ética ao serviço da reportagem

Stephen Ward, jornalista e eticista canadiano, refere que a ética jornalística é fácil de definir: o estudo e a aplicação de normas que guiam a prática jornalística (2018, p.10). Mas tornou-se um problema, porque não existe consenso na comunidade jornalística sobre quais são os princípios fundamentais. A ética jornalística parece “um arquipélago fragmentado de visões conflitantes”, refere Ward (2018, p.11). Sempre existiram dúvidas sobre a aplicação dos principais valores profissionais – dizer a verdade, agir com independência, reportar com objetividade – mas os jornalistas do século XXI enfrentam problemas novos que trazem mais indefinição sobre qual o caminho virtuoso.

11. No original: “I believe that a struggle which chiefly relies on internal strength cannot be wholly carried out without a newspaper.”

12. No original: “They can check *rationality*, by checking whether significant ideas and policy positions are being included; *accountability*, by drawing attention to attempts to manipulate public opinion; and *inclusion and fairness*, by inquiring into barriers and inequalities that may hinder participation.”

Existem questões em aberto relacionadas com a identidade (quem é jornalista?); com o produto final (num ambiente tecnológico instigante da fluidez entre géneros, linguagens e formatos, o que é jornalístico?); com a exequibilidade de antigos princípios a novas práticas (a verificação de informação é compatível com a digitalização?); com a distorção da esfera pública (como lidar com fontes de informação empenhadas na desinformação?); com a amplificação e o impacto global das mensagens no meio digital (discursos de ódio, discriminatórios e racistas devem ser noticiados?); com a relação com os públicos e outros *media partners* (quais são os limites dessas parcerias?); com o lugar do jornalista (a ética legitima os ativistas na profissão?), e com o papel do jornalismo na sociedade (a ética é útil na luta para manter as condições materiais de independência?)

Perante a extensão destes desafios, Ward (2018) propõe uma fórmula maximalista para uma nova ética: trata-se de inventar um “estado de espírito” (a mindset) que desenvolva quatro ideias “farol”: 1) o jornalismo propicia um envolvimento objetivo com os assuntos públicos; 2) a ética é dialógica, promove uma reflexão aberta sobre a prática jornalística; 3) as normas são flexíveis e acolhem o emergente, o local, o singular e o experimental; 4) a ética ambiciona ser global e para todos: no limite, é uma caixa de ferramentas para jornalistas servirem a humanidade.

Existem sérias lacunas de pensamento e ação sobre como orientar jornalistas no cenário do futuro. O jornalismo será mais interpretativo, engajado e abrangente. A democracia ficará em maior perigo. Os públicos serão mais divididos ideologicamente e diversos nas suas identidades. Uma resposta ética é a única capaz de fortalecer o jornalismo. Esta resposta configura um *projeto* que propõe regras para um jornalismo responsável e coopera com mecanismos de regulação. Define uma agenda de investigação cujos contributos teóricos geram aprendizagens úteis para resolver dilemas concretos. É inclusiva, interdisciplinar, não dogmática e transformadora da prática profissional e da vida social. Contribui para afirmar um jornalismo guiado por uma “ética do cuidado” (Steiner, 2008) que apreenda, visibilize e traduza com clareza o sensível nas nossas vidas.

Um projeto com esta ambição e especificidade cruza-se com o género da reportagem. O repórter é o praticante de jornalismo mais treinado para o “mindset” que sustenta a ética global dos media. A reportagem combina a exigência com o “novo” (a exploração criativa da tecnologia) e o respeito pelo “velho” que define a identidade jornalística (a posse de competências e a orientação por valores não redutíveis à recolha e disseminação de factos ou opiniões). A sua complexidade obriga as organizações jornalísticas a planearem, pelo menos de modo aproximado, como no passado: exige tempo, recursos, trabalho de equipa. Este estatuto “in between” tem impedido a dissolução da reportagem, que sobrevive em contextos jornalísticos adversos. É frágil: sucumbe quando sujeita a métodos e fins que a desfiguram. Mas forte, porque o seu desaparecimento ou transfiguração deixa marcas depressivas profundas e é sentida como ausência e perda. Como escreveu o jornalista e escritor polaco Mariusz Szczygieł, a “reportagem é uma história sobre o que aconteceu, com um *surplus*.”

A disciplina da reportagem é severa com os erros que, por vezes, são cometidos pelos jornalistas: as informações mal verificadas causam danos de reputação, a manipulação ou distorção dos factos gera desinformação e contamina o debate público, o envolvimento partidário ou outro provoca perda de confiança. Mas uma reportagem virtuosa e oportuna desencadeia uma cadeia de acontecimentos benéficos: cria conhecimento e debate, reduz a ambiguidade, promove a mudança que repara a injustiça e o “mal feito”. A reportagem é o melhor laboratório da ética, onde é preservado o saber para uma experiência ética do jornalismo. A reportagem afirma a autonomia editorial, na medida em que é mais devedora do “news judgment” do que do “consumer judgement”. Ao mesmo tempo, abre possibilidades de diálogo e conexão com o público que aumentam a participação e o envolvimento.

O pensamento ético prioriza a relação com o Outro no processo de busca de conhecimento, seja no jornalismo ou noutra disciplina. A ética feminista é uma enorme inspiração para jornalistas, atravessando todas as etapas da reportagem. Segundo a “ética do cuidado” proposta por Steiner (2008), os temas devem incidir sobre assuntos e sujeitos marginalizados/

invisibilizados. As histórias são construídas a partir da escuta respeitosa das vozes dos sujeitos representados, desconstruindo relações de poder e outras assimetrias. Os métodos de pesquisa são qualitativos, imersivos, etnográficos – Steiner menciona a necessidade de uma “introspeção” que conduza a um “conhecimento nativo”, evitando um olhar “colonizador” que exotiza e avalia. As relações são construídas com tempo, proximidade, colaboração e afeto. Segundo Steiner (2008, p.372): “A pesquisa guiada por estes princípios irá representar múltiplas vozes, aumentar o discernimento moral e promover a transformação”.¹³

As limitações que resultam de uma leitura restrita do conceito de objetividade aplicada à prática jornalística têm suscitado mais debate acadêmico do que reflexão dos jornalistas. Apesar do jornalismo refletir muitas destas contradições, a comunidade jornalística global continua a identificar-se, mais no discurso do que na prática, com uma posição distanciada e neutra em relação aos assuntos tratados, e a seguir de forma rotineira e pouco criativa a atividade de “fontes poderosas”.

Alguns dos apelos para trazer os públicos de volta através de um jornalismo de “attachment”, ou seja, mais envolvido em causas cívicas e mais proativo no desvelar de desigualdade e injustiça, esbarram com dificuldades sérias de integração na rotina produtiva dos jornalistas. A consideração do contexto e da particularidade exige um tempo de gest(ação) que não existe mais no plano das redações. A prevalência de noções históricas de confronto e escrutínio das fontes de informação coaduna-se mal com o conceito de “caring”. Será possível, por exemplo, denunciar políticos e banqueiros corruptos ao mesmo tempo que “cuidamos”? É evidente que o jornalismo tem de incluir uma diversidade de tarefas e rotinas que respondem a expectativas sociais, algumas ligadas à satisfação de necessidades básicas: as notícias sobre o tempo, a bolsa, o trânsito, os impostos. O desafio da ética feminista é sugerir a inclusão de outros pontos de atenção, incluindo nas hard news,

13. No original: “Research so guided will represent multiple voices, enhance moral discernment and promote transformation.”

insistindo em enquadramentos que resultam da obrigação comum de cuidar – de nós, dos outros, do planeta.

No exemplo da investigação “dura” sobre corrupção, ou crime, a ética feminista propõe pensar sobre as causas estruturais e os efeitos sociais da corrupção, ou emocionais nas vítimas de crime. A noção de “bem comum” usada para legitimar os direitos dos jornalistas (à pergunta e ao escrutínio) pode ser aprofundada, vincando a natureza interdependente da experiência e expondo a natureza – opressora ou progressista – das conexões estruturantes. Para além da (re) consideração da questão dos fins últimos do jornalismo, há ainda a etapa crucial dos meios. A integralidade do processo investigativo deve ser conduzida eticamente, banindo as práticas que podem potenciar os efeitos, mas violentam os sujeitos. A citação instrumental, a ilustração grosseira, a representação estigmatizada, o título deformador, o viés não refletido, os efeitos barrocos, a linguagem não inclusiva, entre outras, são exemplos de práticas contaminadoras da honestidade documental que deve iluminar a reportagem.

Por fim, a questão liberal inescapável: a ética serve para alguma coisa? Para os jornalistas, existe um precioso ganho de motivação que aumenta a sua felicidade no trabalho. Como refere Steiner (2008, p.373): “Os jornalistas assim inspirados vão reportar sobre assuntos importantes, com potencial para terem um impacto transformador; e vão querer que o seu trabalho seja acessível aos marginalizados.”¹⁴Os públicos podem participar em histórias “com significado” que enriquecem o vocabulário e os temas da fala comum. Existem ganhos para o jornalismo enquanto campo social, que sai robustecido desta busca por valores comum e se posiciona como uma instância credível de mediação.

IV. Conclusão

Procuramos situar a reflexão ética no contexto das transformações do jornalismo e da sociedade. Estas são tão avassaladoras que forçam a uma

14. No original: “Journalists so inspired will report on important problems, with potential for having a transformative impact; and will want to make their work accessible to the disenfranchised.”

reflexão permanente sobre as respostas que estão a ser encontradas para a crescente digitalização, miscigenação e desintermediação da produção e partilha de informação no mundo. O pensamento ético jornalístico produz um discurso que legitima a tomada de decisões em contexto profissional. Segundo Christians e Cooper (2008, p.58), “os princípios éticos não são um *apriori*, mas devem contemplar as condições materiais e discursivas que os tornam possíveis.”¹⁵ A ética só faz sentido se ecoar na vida das vidas. Neste sentido, o jornalismo é um discurso muito capacitado para amplificar esse eco. A proximidade com o real e a com a vida quotidiana, a vocação prática, a crença não abalada na verdade como valor fundamental, uma certa recusa natural da abstração excessiva, fazem do jornalismo uma força de resistência contra o assalto político organizado a que os universais éticos estão sujeitos.

Existem imperativos de consciência que guiam a prática jornalística e que certamente inspiram muitos dos normativos incluídos nos códigos deontológicos. É forçoso que a prática jornalística seja enquadrada e regulada por essas leituras. Neste capítulo, o nosso propósito era mais largo. Para terminar com o exercício *fatal* de reduzir a ética jornalística a um só princípio, dizemos que o jornalismo deve contribuir para restaurar uma situação comunicativa ideal, baseada no respeito moral e na reciprocidade igualitária. Isso é talvez introduzir alguma “metafísica” numa disciplina avessa à indagação do “sentido íntimo das coisas”, mas, continuando a parafrasear o poeta Alberto Caeiro, “o único mistério é haver quem pense no mistério”.

15. No original: “Ethical principles are not *a priori* but must include the material and discursive conditions to make them possible.”

Bibliografija

- Bennet, L. (2003). *New Media Power: The Internet and Global Activism*. In Couldry, N. & Curran, J. (eds). *Contesting Media Power*. Rowman and Littlefield.
- Blumler, J. & Coleman, S. (2015). *Democracy and the Media -Revisited*. *Javnost -The Public*. Journal of the European Institute for Communication and Culture, 22:2, 111-128.
- Chadwick, A. & Vaccari, C. (2019). *News Sharing on UK Social Media: misinformation, disinformation, and correction*. Loughborough: Online Civic Culture Center, Loughborough University.
- Christians, C. & Cooper, T. (2008). The Search for Universals. In Christians, G. & Wilkins, L. (eds). *The Handbook of Mass Media Ethics*. London and New York: Routledge, 55-70.
- Fink, K.; Shudson, M. (2014). *The rise of contextual journalism, 1950s–2000s*. *Journalism*, V. 15 (1), 3–20.
- Hanitzsch, T.; Hanusch, F.; Ramaprasad, J; & de Beer. A. (eds) (2019). *Worlds of Journalism. Journalistic Cultures Around the Globe*. New York: Columbia University Press.
- Hanska-Ahy, M. (2011). *Journalism between Cultures: Ethical Ideologies and the Challenges of International Broadcasting into Iran*. *Medijska istraživanja : znanstveno-stručni časopis za novinarstvo i medije*, V. 17, n. 1-2.
- Hallin, D. (1994). *We Keep America on Top of the World. Television Journalism and the Public Sphere*. London and New York: Routledge.
- McQuail, D. (1994). *Media Performance: Mass Communication and the Public Interest*. London: Sage.
- Postman, N. (2006). *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. London: Penguin.
- Romano, A. *Deliberation and Journalism* (2010). In Romano, A. (ed). *International Journalism and Democracy: Civic Engagement Models from Around*. New York: Routledge, 3-18.

- Siebert, F.; Peterson, T. & Schramm, W. (1956). *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press.
- Singer, P. & Brooking, E. (2018). *LikeWar: The Weaponization of Social Media*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.
- Smaele, H. (1999). *The Applicability of Western Media Models on the Russian Media System*. *European Journal of Communication* 14: 2, 173 – 189.
- Steiner, L. (2008). *Feminist Media Ethics*. In Christians, G. & Wilkins, L. (eds). *The Handbook of Mass Media Ethics*. London and New York: Routledge, 366-381.
- Stephen J. A. Ward (2016) *Creating a space for global media ethics*, *Communication Research and Practice*, 2:4, 466-480, DOI: 10.1080/22041451.2016.1259973
- Stephen J. A. Ward (2018). *Reconstructing Journalism Ethics: Disrupt, Invent, Collaborate*. *Media e Jornalismo*, nº 32, V. 18, 9-18.
- Waisbord, S. (2013). *Reinventing Professionalism: Journalism and News in Global Perspective*. London and New York: Polity